



## **INTOLERÂNCIA DE MULHERES LÍDERES DE MOVIMENTOS SOCIAIS/SINCAIS NO GOVERNO DE GILBERTO MESTRINHO, NO AMAZONAS**

Iraildes Caldas Torres <sup>1</sup>

Os tempos do aclamado desenvolvimentismo dos anos 1950, no Brasil, fizeram surgir algumas subjetividades caudilísticas marcantes no cenário da política, tais como: Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, Antônio Carlos Magalhães na Bahia e Gilberto Mestrinho no Amazonas. Trata-se de um momento rico da política brasileira que encerra o ciclo das grandes transformações advindas com a Revolução de 30, enquanto evento instaurativo de um novo projeto de nação.

O Brasil já vivenciou ao longo da sua história três momentos fundadores do Estado-Nação. O primeiro ocorreu com a abolição da escravatura (1870–1880) que resultou na República. O segundo têm seus marcos na Revolução de 30 que começou em 1922 e se desdobrou no desenvolvimentismo dos anos 1950. O terceiro momento está circunscrito ao Governo de Luiz Inácio Lula da Silva que reabilitou o republicanismo, instaurando novas formas de diálogo do Estado com a nação. Estou falando de um momento de construção identitária que permite ao Estado Nacional olhar para dentro de si e rever os conceitos e significados de suas relações com o povo ou com a nação brasileira.

Esta pesquisa conta a história de um personagem mítico, para não dizer lendário, vivente e atuante no Amazonas. Sua trajetória política flui de muito longe, assenta-se nos liames da segunda metade dos anos cinquenta do século XX, quando o país caminhava decisivamente para a perda dos ideais republicanos. Naquele tempo crescia a exigência de formulação de um novo projeto político e econômico para uma nova etapa do desenvolvimento nacional. No lado regional, vivia-se uma situação de desalento e grandes dificuldades, em decorrência da desarticulação da atividade gomífera que dava âncora à economia do Amazonas.

A pesquisa é uma das formas de tornar viva a memória de sujeitos históricos, considerados vultos na vida pública. Lang (1989), considera que a análise de fatos políticos que ocorreram em épocas passadas, a apreensão de suas causas, consequências e os processos que os entrelaçam, permitem a correta avaliação da situação presente e o planejamento de um amanhã melhor.

Ao estabelecer o corte analítico de Gilberto Mestrinho, não busquei valorizar o aspecto histórico-cronológico de sua vida. Não apresento aqui uma biografia, mas os resultados de uma

---

<sup>1</sup> Iraildes Caldas Torres é professora da Universidade Federal do Amazonas, é doutora em Ciências Sociais/Antropologia.



pesquisa de pouco mais de dois anos, mitigada em fontes históricas, em jornais oficiais e alternativos, sem perder de vista as mensagens de governo, proferidas na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. Foram visitados quinze jornais, sendo treze oficiais incluindo um de circulação nacional, e dois alternativos. Trata-se de uma pesquisa eminentemente qualitativa, que tem na narrativa o seu conteúdo, cujo alimento está na memória viva e fecunda do político objeto deste estudo.

Em seus estudos sobre pessoas idosas, Bosi (1987, p. 22) diz que “o velho não se contenta, em geral, de guardar passivamente as lembranças, ele procura precisá-las [...] e, principalmente, conta aquilo de que se lembra, quando não cuida de fixá-lo por escrito”.

No debulhar das palavras que brotava cintilante e com extra-ordinária lucidez, vi Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo desfiar a memória, como uma cítara que faz ressoar cantares de uma vida tecida com fios de uma razão não ocidental. No caleidoscópio da construção do político, aparece em relevo a figura do administrador, extremamente racional e frio em suas decisões, amparadas por métodos próprios, cujo rigor revela um caráter do tipo sim sim, não não.

Consagrado no imaginário social como boto-navegador, amado por muitos, odiado por poucos e idolatrado pelos convivas, Gilberto narrou-me os labirintos da política amazonense, seus avanços e recuos, aventuras, acertos e desacertos, com exímia clareza, precisão e detalhamento de fatos, idéias, datas e acontecimentos absurdamente exatos. Confidenciou-me suas dores, sofrimentos e os sobressaltos vividos nos tempos amargos do regime. Revelou-me o porquê da fama de conquistador e de namorador emérito, dando um salto do sono à vigília quando viu-se instigado a contar algumas histórias que guardam homologia com as peripécias do boto-tucuxi.

Enfim, explicou-me as formas pelas quais se tece e arquiteta o poder, numa reengenharia que marcou meio século de sua existência na vida pública. Lembre-se, com Thompson (1981), que a experiência é, antes de tudo, uma experiência de vivência. Na face que não retoca, aparece a experiência vivida nas linhas marcadas pelo libelo das relações de poder, sem revide às agressões que sofreu. Seu comportamento é talhado para a política, não a política miúda e tacanha que se robustece na mesquinhez e mediania, mas a política grande que tece os grandes caminhos da história.

A Narrativa de Gilberto exprime estruturalmente o passado de um estado federado que enfrentou grandes dificuldades de ordens econômicas e sociais desencadeadas, especialmente, em três momentos históricos: 1) o declínio da economia gomífera nos anos 1950, depois de seu rápido reaquecimento advindo com o esforço de guerra, conhecido como campanha do soldado da



borracha; 2) os anos de jumbo da ditadura militar que cercearam os direitos políticos de Plínio Coêlho e Gilberto Mestrinho; 3) e os anos oitenta de reorganização da Zona Franca de Manaus que amargava um marasmo nos sucessivos governos biônicos advindos com o regime até 1982. Os cargos biônicos garantiram a manutenção da ditadura e o controle total das regiões pelo poder central do Brasil.

Nesse processo, o diálogo com alguém de orientação ideológica diferente, se apresentou como um aprendizado, pois, para além daquilo que se ouve e vê, é preciso perscrutar e auscultar aquilo que não se ouve e não se vê. Nisto consiste o desafio de uma pesquisa sobre as relações de poder e sua arquitetura. Exige uma certa hermenêutica não só em termos da elucidação de contextos, processos, fatos e acontecimentos, mas uma leitura diegética dos símbolos, imagens, mitos e estruturas subjetivadas do sujeito.

O recurso de garimpagem nos arquivos documentais foi-me de grande valia, mas nada igual às entrevistas e ao diálogo olho no olho travado com Gilberto Mestrinho. Não estive só nesta empreitada, algumas pessoas vieram ao meu encontro com os seus estímulos e apoio. Com carinho agradeço a todos e a todas que entraram comigo nesta aventura.

O governo de Gilberto Mestrinho, no segundo mandato (1983 a 1986), vivenciou uma das fases mais importantes da história do sindicalismo e da luta da sociedade civil organizada em Manaus. A década de 1980 representou a década das greves, da formação de consciência, ou seja, a expansão da luta política em nível nacional, regional e local. É a década da consolidação do novo sindicalismo autônomo, combativo e de classe que culminou com a fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT em 28 de agosto de 1983.

Vem tornar mais dinâmico e expressivo esse momento de luta e combatividade, a saída da clandestinidade dos partidos de esquerda como o PCB e o PC do B, potencializados pela criação e organização do Partido dos Trabalhadores – PT em 1980.

A CUT traduz a expressão máxima do novo sindicalismo, construída pela representação de imensa parcela das classes trabalhadoras, o que faz termos certeza de que houve superação do anonimato dos trabalhadores de modo geral. A Central constituía-se no referencial para o conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo, do setor público e privado, para defender seus interesses imediatos e históricos, e assim contribuir no processo de transformação da sociedade brasileira.

Em Manaus, vivia-se o momento de oposição dos trabalhadores metalúrgicos à diretoria pelega do seu Sindicato. A Pastoral Operária criada em 1979 e vinculada à CNBB Norte I, teve participação expressiva na formação da consciência operária. O Partido dos Trabalhadores “reedita o



jornal *A Lucta Social*, fundado em 1914, cria seus núcleos de base nos bairros periféricos [...] e marca época, ainda, o artigo de Márcio Souza, o ABC da Zona Franca, que desnuda a verdadeira face das zonas francas e da ZFM, em particular” (SCHERER, 1989, p. 176).

O Governo de Gilberto Mestrinho confrontar-se-ia com forças políticas bem constituídas ideologicamente. Isto impunha ao governante, a necessidade de negociação do poder em patamares seguros, do contrário, sofreria intercursos de contra-hegemonia fortemente.

Em nosso diálogo com Mestrinho indaguei a ele sobre os conflitos políticos que enfrentou nesse segundo mandato. Obtive a seguinte resposta:

Eu me deparei com dois movimentos, um não foi propriamente contra mim, foi quando o Amazonino era prefeito. O João Pedro com aquele grupo de Eron Bezerra, do Omar Aziz que era o grupo do PC do B, quebraram os ônibus de Manaus. Era em 1984, o Manoel Ribeiro era o vice-governador e eu estava viajando. Foi um quebra-quebra medonho (Entrevista com Mestrinho em 2008).

Qual foi o outro confronto?

Foi uma greve liderada pela Márcia Seroa que foi mulher do Marcus Barros e pela Arminda Mourão, especialmente essas duas. Elas tinham intenção de me desmoralizar. Eu mandei chamá-las no Palácio e disse a elas, é o seguinte: vocês não têm razão para gostar ou não de mim, vocês podem fazer manifestação. Agora, se vocês fizerem bagunça eu também posso estar no direito de fazer. Sabem o que eu faço com vocês? Eu jogo vocês dentro de uma cela na penitenciária junto com os bandidos. Eu acabo com vocês. Elas diziam o diabo, essa Mourão acabou com o pai que era meu amigo. Eu acho que a raiva que ela tinha dele era muito grande. Então, elas iniciaram a greve junto com aquele que foi vereador, o Aloysio Nogueira. Sempre tive boa relação com o sindicato dos professores e com o sindicato dos metalúrgicos. Ah, sabe o que eu fazia com as diretoras das unidades escolares? Mandava todas para Belém, ver o Ciro de Nazaré (Entrevista com Mestrinho em 2008).

Que procedimentos o senhor tomou em relação à greve dos professores?

O grupo não queria discutir comigo, queria me desmoralizar, fazer bagunça e aquela coisa toda. Quando eu soube da história que tinha gente nossa no meio deles comentando o que eu ai fazer, não botei mais na cadeia (risos). Mas eu chamei o chefe da Casa Militar porque nesses tempos tinham chegado aqui uns cassetetes para a polícia, que tocava nas pessoas e dava choque, assustava as pessoas. Dei os cassetetes para os policiais e quando os professores chegaram para fazer a invasão ao Palácio, aquela coisa toda, o pessoal da polícia passou a usar os cassetetes. Foi um Deus nos acuda, uma correria ali para o Igarapé de Manaus (Entrevista com Mestrinho em 2008).

O repensar político da sociedade brasileira nessa conjuntura histórica dos anos oitenta mobilizou não só as grandes instituições, incluindo as universidades públicas, mas também importantes setores da classe média como os advogados, jornalistas, assistente sociais, professores de ensino fundamental e médio dentre outras categorias profissionais. Trabalhadores e setores populares caminhavam para uma redefinição de suas identidades coletivas.

Em Manaus a Associação Profissional dos Professores do Amazonas – APPAM era o organismo fundador da organização e luta dos docentes que, juntamente, com a Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas – ADUA, era o farol que irradiava luzes às outras entidades de trabalhadores autônomas e classistas como foi o caso da Oposição Metalúrgica.



Professores da Universidade do Amazonas como Selda Vale da Costa, Marcus Barros, Marilene Corrêa, Ribamar Bessa, Marlene Pardo, Cirino e Ricardo Bessa despontavam com grande potencial de liderança, somado às lideranças consagradas de Aloysio Nogueira, Arminda Mourão e Adonay Sabbá na APPAM; além da participação de Públio Caio, João Pedro, Vanessa e outras lideranças do movimento estudantil (TORRES, 2005).

Mulheres aguerridas e libertárias como Arminda Mourão e Márcia Seroa eram capazes de atos de grandeza, fervores e ruptura com a ordem estabelecida no sentido de seu enfrentamento vis-à-vis. São mulheres corajosas que rasgaram o véu da obediência cega aos papéis sociais dentro da sociedade, construindo seus espaços em meio às ambiguidades de gênero e da política de cariz andocêntrico.

O reconhecimento da esfera pública como o lugar da grande política que dá origem à organização e que faz irromper coletividades identitárias, contribuiu para que as mulheres fossem conquistando seus espaços na sociedade, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX.

Colocar-se na contramão das relações de poder que ignoram e/ou desmoralizam a presença das mulheres significa transgredir as leis e colocar-se na extensão dos conflitos tendo a própria vida como arma. Arminda Mourão é realmente uma mulher transgressora das normas do *status quo*, despida de moralidade burguesa, que não poupou nem seu próprio pai das denúncias que fez baseadas no princípio do zelo e probidade administrativa. Isto a meu ver, não é nenhum desdouro ao seu caráter. Ao contrário, vem somar aos seus princípios de respeito pela coisa pública que é o bem de toda a coletividade.

As mulheres fortes, poderosas e destemidas inscreveram seus nomes nos anais da história pela via da transgressão e pelo estilo radical da luta política. Hobsbawm (2001) lembra que foram as mulheres de Paris que marcharam sobre Versalhes por ocasião da Revolução Francesa. Elas levaram ao rei a reivindicação popular que exigia o controle de preço dos alimentos.

Certamente, que Arminda Mourão e Márcia Seroa, não intencionavam desmoralizar Mestrinho e seu governo. Queriam, outrossim, fazer ecoar até aos seus ouvidos as reivindicações dos professores enquanto categoria de trabalhadores e trabalhadoras politicamente organizada. Tratava-se de preclaros interesses de classe, daí a sangria desatada na extensão da luta de classes.

Em continuidade à nossa conversa perguntei a Mestrinho se ocorreram outros conflitos nesse período que governou o Amazonas, pela segunda vez. Ao que ele nos respondeu:

Veja, nesse tempo já havia a organização dos trabalhadores organizados, sobretudo no Sindicato dos Metalúrgicos. Mas, de repente o Distrito todo era dos metalúrgicos, tinha uma porção de profissão, mas a maioria era de metalúrgicos. Eu sabia que no fundo havia uma luta muito grande pelos recursos do Sindicato, imposto sindical e essa coisa toda. Isto culminou com a expulsão do Ricardo Moraes por causa daquele



desfalque que houve lá, eu sabia que a luta não era ideológica, não era nada, era atrás do dinheiro do Sindicato. Faziam aquelas greves, aquele movimento todo, e eu ia deixando a coisa andar, eles achavam que com isso ganhavam a simpatia popular. Eles não percebiam que o Estado vinha de uma situação de miséria e descrédito e, de repente, estava se levantando. Com o poder muito grande nas mãos eles não entendiam, achavam que poderiam dominar o povo, só que o povo estava vendo a coisa por outro lado. Bem, esse movimento acontece e acaba geralmente assim, com a desmoralização daqueles que fazem esses movimentos. Aqui, o Ricardo Moraes chegou a ser deputado federal em 1990 e terminou, coitado, na rua da amargura. Eu me dou muito bem com ele, mas assim! Não se criou (Entrevista com Mestrinho em 2008).

Houve nesse momento efusivo das greves no Distrito Industrial de Manaus uma comissão de notáveis com a presença de Dom Milton Corrêa Pereira, Arcebispo metropolitano de Manaus, e do Senador Fábio Lucena para fazer a mediação entre o movimento paredista e o Governo do Estado. O senhor se lembra disso?

Sim. Era um movimento grande porque o que acontece é o seguinte: todas as vezes que um país sai de um regime totalitário para um regime democrático, há uma explosão de sentimentos libertários. Isso aconteceu no mundo inteiro, naturalmente aqui também (Entrevista com Mestrinho em 2008).

O senhor usou a polícia para bater nos grevistas?

Não, eu nunca mandei a polícia bater em ninguém. A questão dos professores lá no Palácio foi uma brincadeira que nós fizemos por causa da Arminda Mourão, porque houve uma fase de pseudo-intelectuais. Uma vez foram me convidar para entrar na Academia Amazonense de Letras, foi uma comissão convidar-me. Eu disse: não quero, a Academia de Letras é de intelectual e eu não sou intelectual, não tenho nenhum livro escrito, agradeço sensibilizado, mas não posso aceitar. Aí, eu não aceitei a coisa porque no reinício da universidade só tinham intelectuais lá (Entrevista com Mestrinho em 2008).

Esta sua decisão faz parte dos seus princípios de vida ou era um recado às avessas aos intelectuais?

Eu gosto do povo. Sempre fui gente, eu acho que todos nós somos iguais, a diferença é que o funcionário mais graduado marca posição, mas eu como político pensante gosto do voto popular, eu tinha obrigações com o povo e sentia-me muito bem, vivendo no meio do povo. Eu ia às festas populares, ia aos ensaios de quadrilha para estimular os festivais que nós criamos quando fui prefeito. No carnaval ia às festas de bairros, nunca fui à festa de gala, nunca fui à festa na Ponta Negra. Não é porque eu fosse contra, era porque eu achava um exibicionismo vazio que não cabia na época (Entrevista com Mestrinho em 2008).

Nas sociedades modernas a cidadania é um conceito travejado pelo trabalho. Foi em decorrência da contradição capital/trabalho que as classes trabalhadoras colocaram em curso o processo de construção de sua identidade classista. E essa construção identitária não é uma característica relativa à passagem de um regime autocrático para a democracia, embora no caso do Amazonas e do Brasil, a coincidência do regime tenha estabelecido esse paralelo.

Desde o limiar do segundo quartel do século XIX, a história vem registrando momentos de expressiva singularidade das diversas formas de organização política, como venho assinalando ao longo deste estudo. A materialização dessa organização se fez notar em movimentos sindicais centrados na questão trabalhista, seguido de movimentos de emancipação sexual, de identidade racial e muitos outros organismos de emancipação política. Trata-se da manifestação e expressão do



sujeito coletivo que, no dizer de Sader (1988, p. 55), diz respeito a “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, construindo-se nessas lutas.”

Desde a segunda metade dos anos 1970 até a tomada do Sindicato dos Trabalhadores do Amazonas pela oposição sindical em 1984, os operários e operárias locais vinham construindo uma coletividade com a assessoria da Pastoral Operária e de alguns professores da Universidade do Amazonas. Nessa construção identitária “o trabalho, a cultura e as práticas políticas foram elementos formadores do indivíduo” (NEVES, 1994, p. 167).

Nesse processo de formação política os operários e operárias foram construindo suas consciências de classe, não raro em meio à revolta, sobretudo quando descobriam que a sua força de trabalho era explorada e usada em benefício do grande capital internacional. Temas como mais-valia, a matemática de horas que pagam o salário, o lucro do patrão e a exploração dos trabalhadores seguido do estudo da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT constituíam a pauta da formação operária.

O ano de 1985 marca o início das greves e paralisações no Distrito Industrial de Manaus com a efetiva participação das mulheres operárias, seguido de vários outros conflitos nos anos seguintes. A luta dos trabalhadores metalúrgicos contou com o apoio da ADUA e da APPAM que eram as duas importantes entidades sindicais da época além da Igreja através da Pastoral operária.

Acrescente-se a essa corrente solidária e de apoio às greves dos trabalhadores metalúrgicos, a importante contribuição dos partidos políticos de esquerda como o PCB, PT e PC do B, o próprio PMDB de Fábio Lucena e Evandro Carreira hipotecou apoio aos vários movimentos paredistas no Distrito Industrial de Manaus.

Incansável em suas andanças no meio do povo, Mestrinho deixa bem claro qual é a sua tendência política: o populismo herdado de Getúlio Vargas. Evidentemente que a massa desorganizada é o seu estilo preferido, desde o seu momento inaugural na política, quando foi Prefeito de Manaus nos idos da década de 1950. Tinha sempre um olho no futuro da política, como é próprio do governante que não dorme em serviço.

A política é uma esfera com regras próprias, com tal intensidade, de forma que poucos persistem a seus efeitos. A política engendra uma lógica e razões próprias, que nem sempre são compatíveis com os princípios que norteiam a ação humana em outros domínios. Em Maquiavel não há um distanciamento entre a moral e a política. Este pensador “aponta para a necessidade de



uma moral apropriada à política [...]. Ao lado de uma moral privada, de foro íntimo, haveria uma moral pública” (BARROS, [s. d.], p. 22).

Essas asserções nos levam a compreender que a política não se efetiva por fora dos deveres e nem de parâmetros éticos. Maquiavel sugere, outrossim, que esses parâmetros sejam construídos com o fito na política para não passarem ao largo de sua finalidade, que é a preservação do poder. Em outras palavras, o governante não precisa dispor de um preparo moral rigoroso e hermético, pois as convenções sociais tiram a individualidade do ser, sufocam as suas potencialidades, cognição e espírito criador. Ao “se deparar constantemente com a incerteza, a instabilidade e a mutação, inerentes aos acontecimentos políticos, não pode recorrer a um conjunto de regras fixas” (BARROS, [s. d.], p. 22).

E, aqui, reside a estatura moral do governante que vai construir racionalmente os seus parâmetros éticos. Ele não vai arbitrar ao *bel prazer* dos seus delírios ou das miríficas do coração. Nem ao céu e nem ao mar, porque a política é inteiramente tecida com fios conceituais e práticos, como venho dizendo desde o início destas discussões.

O soberano, insiste La Boétie (2001), tem milhares de olhos e pernas. É muito bem informado não só pelas pessoas que o cercam, mas também por outras que aparentemente não fazem parte do seu grupo de informantes. Segundo Gilberto Mestrinho, “todo Governador tem aquele grupinho, aquela curriola de copa e cozinha que é amigo da gente, que cerca a gente e nos contam as coisas” (VALLE, 1996, p. 69).

O governante dispõe desse sistema panóptico, lembrando Foucault (1993), cabe a ele saber filtrar as informações e saber julgar os fatos à luz de critérios éticos adotados na sua administração. Alertamos para o fato de que “não existe maior peste do que a adulação, lisonja e louvaminhas. Realmente, são múltiplos os nomes a qualificar esse vício leviano e falsário de homens que falam tudo a seu gosto, mas nada que expresse a verdade” (CÍCERO, 2006, p. 83).

No texto dos *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1979), Maquiavel deixa claro que essa liberdade política é apropriada somente ao regime republicano, pois quando passa a ser empregada despoticamente como num império, começa o declínio do governante. Isto porque “a corrupção é como uma doença que atinge o corpo político. Ela começa em uma parte ou em um membro e, se não for curada a tempo, pode contaminar todo o corpo, levando à morte” (MARTINS, [s. d.], p. 36). No governo de caráter popular existe o controle social que garante, de alguma forma, a participação do povo ou do popolo minuto nas decisões.





Quando o governante tende a exacerbar o seu poder, usando de abuso de poder, ele passa a perder a liberdade política e as qualidades da República, então começa a corrupção. Gilberto, demonstrou essa preocupação na sua última fala, afirmando que “cada um tem o seu comportamento, a sua formação” e que um político é diferente do outro.

No trato com o povo os dois políticos são abissalmente diferentes, enquanto Amazonino abre um sorriso forçado e cínico, Gilberto expõe um sorriso contido, tímido, próprio do caboco. O identificador social se volta muito mais para o sorriso na “moita” de Gilberto do que para o sorriso sarcástico de Amazonino.

Isto, porém, não faz nenhuma diferença para Maquiavel. O importante é a inteligência e sabedoria que o governante deve dispor para se sair bem na arte de governar. Tendo esta *virtù*, “a necessidade vai orientar a sua ação e justificar os seus atos. O êxito político, medido sempre pelo resultado da ação depende dessa disposição de adequar as estratégias às particularidades de cada momento” (BARROS, [s. d.], p. 22).

Cada governante tem um jeito de governar com códigos próprios e percepção racional de seus atos, cabe a ele cultivar a *virtù* e utilizá-la adequadamente conforme as vicissitudes do tempo político, sabendo negociar os conflitos e as fraturas de classes, para colocar o poder em patamares seguros. O tempo político é o tempo da gravidade e da disjunção, como vimos numa leitura mais atenta de Shakespeare e Maquiavel, dois grandes ícones heurísticos da ciência política moderna.

### *Referências*

- BARROS, Alberto Ribeiro G. de. Ética e política: nada a ver? *Revista Discutindo Filosofia*, Ano 1. n. 1, [s. d.].
- BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz/USP, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CÍCERO. *Orações: texto integral*. Tradução Pe. Antônio Joaquim. São Paulo: Martin Claret, 2004a.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Tradução Lígia M. Ponde Vassalto. 10. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875–1914)*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 6. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2001.
- LA BOËTIE, Etienne. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 2001.



LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Adolpho Gordo: Senador da Primeira República: representação e sociedade*. Brasília, DF: Senado Federal, 1989.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe: comentários de Napoleão Bonaparte e rainha Cristina da Suécia*. Tradução e revisão Ana Paula Pessoa. São Paulo: Jardim dos livros, 2007.

MARTINS, José Antônio. Pelo povo, para o povo. *Revista Discutindo Filosofia*. São Paulo. Ano 1, n. 4. [s. d.].

NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER, Elenise Faria. *Assistência aos desassistidos manauaras*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1989.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TORRES, Iraildes Caldas. *As novas amazônidas*. Manaus: Edua, 2005.

VALLE, Geraldo Jorge Tupinambá. *Os rumos incertos do boto-tucuxi: curso e discurso de um político da Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Rio de Janeiro, 1996.